

C O N C L U S Õ E S do

O Congresso da FNE, reunido em Lisboa, nos dias 26 e 27 de Março de 1992, sob o lema "Qualidade na Educação: uma aposta no presente para ganhar o futuro"; após debate alargado e profundo.



1 - Aprovou a acção reivindicativa da Federação que deu cumprimento ao plano de acção do anterior congresso, desenvolvida em 4 grandes áreas:

estatutos profissionais
formação de professores
concursos
e tabelas salariais.

2 - Lamentou que não tenha havido, por parte do ME o empenhamento necessário para uma regulamentação cabal e atempada do E.C.D..

3 - Congratulou-se pela criação do Instituto Superior de Educação e Trabalho, que traduz o entendimento presente da FNE relativamente ao contributo que pode dar ao desenvolvimento profissional dos associados.

4 - Congratulou-se com o reforço da FNE, tanto através da integração de novos sindicatos, como pelo crescimento dos sindicatos que dela já faziam parte.

5 - Sublinhou a importância

- de se proceder à análise rigorosa dos orçamentos da educação;

- de acompanhar criticamente a reforma do sistema educativo, denunciando atrasos e subversões e fazendo propostas;

- de fazer análises periódicas da acção global do ME;

- de dignificar os trabalhadores da educação através da definição e regulamentação dos estatutos das carreiras profissionais que articulem a lógica destas com o quadro de direitos e deveres, as exigências de formação e as condições gerais de trabalho;

- de garantir a estabilidade dos trabalhadores da educação através duma política de quadros que conjugue a garantia de emprego e a pequena mobilidade.

6 - Defendeu que a dignidade da classe docente deve ser implementada durante a vida activa e preservada na situação de aposentação.

7 - Condenou, como violação dos direitos humanos, as políticas económicas que produzem a marginalização social, a fome, o desemprego e o analfabetismo.

8 - Considerou que a escola é o local



privilegiado para fomentar a prática plena dos direitos do homem.

9 - Manifestou o seu total empenhamento na defesa intransigente dos princípios fundamentais da declaração universal dos direitos do homem.

III CONGRESSO DA FNE

10 - Reafirmou o seu apoio à luta do povo de Timor-Leste, pela sua libertação.

11 - Manifestou a sua total solidariedade para com os sindicalistas de todo o mundo que continuam a ser vítimas de perseguição.

12 - Apelou a todos os trabalhadores para o empenhamento na vida sindical lutando pela dignificação do trabalho humano, pela promoção da solidariedade, da liberdade e da justiça social.

13 - Exigiu um investimento na dignificação das carreiras do pessoal não docente.

14 - Reconheceu o valor do ensino particular como expressão concreta da liberdade de optar por diferentes modalidades de ensino - aprendizagem e exigiu a criação de condições para uma efectiva concretização deste direito.

15 - Constatou que a rede pública da educação pré-escolar está desajustada da realidade das famílias portuguesas, em termos numéricos e organizativos.

16 - Exigiu uma reestruturação e ampliação da rede pública da educação pré-escolar, de modo a que seja dada uma resposta adequada.

17 - Exigiu a definição de uma política de educação especial nos aspectos formativo, pedagógico e técnico.

18 - Exigiu um ensino superior aberto a todos, que não cerceie capacidades nem frustre aspirações, numa compatibilização com as necessidades de formação do país.

19 - Exigiu a rápida equiparação das carreiras dos ensinos universitário e politécnico, tendo em conta as especificidades respectivas e criando condições de estabilidade e equidade dos concursos, propiciadoras de qualidade do serviço.

20 - Defendeu que a qualidade da educação é o meio mais significativo:

- para fazer face aos desafios e pressões que crescentemente se põem à sociedade;

- para o reforço da consciência da identidade nacional.

21 - Exigiu um decidido empenhamento

na reforma do Sistema Educativo, em perspectiva global, suportada, - designadamente:

- pela melhoria das condições de



trabalho de todos os agentes educativos;

- pela aposta incondicional na formação dos professores;

- pela reorganização da gestão das escolas que favoreça o efectivo exercício das suas autonomias.

22 - Exigiu medidas claras de política educativa que sejam, em termos reais,

- ilustrativas de inequívoca exigência de coordenação entre os vários departamentos e níveis educativos;

- detentoras duma temporalidade que assegure condições adequadas ao processo de dignificação dos processos educativos e dos trabalhadores da educação, nas diversas vertentes do fazer, do estar e do ser.

23 - Exigiu que a carreira docente seja descongelada, através de um processo de regulamentação até ao fim de Abril e que todos os outros diplomas regulamentares sejam negociados e publicados até ao final do ano em curso.

O Congresso congratulou-se com o modo como os trabalhos decorreram e saudou os novos Corpos Directivos da Federação.